



Cibele Saliba Rizek*

Limites e limiares/ Corpo e experiência¹

* socióloga, professora PPG Arquitetura e Urbanismo
IAU/USP

Apreendi, lendo e relendo Benjamin e seus comentadores, que há uma diferença entre o que lhe era possível identificar como limite e como limiar. Há uma diferença em português, mas a precisão do alemão distingue as duas noções de modo muito claro. A primeira noção – a de limite (*Grenze*) tem um sentido jurídico forte. Sua transposição remete às noções de transgressão, agressão. Limiar, soleira, umbral (*Schwelle*) sugerem outro tipo de operação. Há aqui um desdobramento interessante, já que seria possível considerar que essas ideias são, na verdade, metáforas e como tal, apontam relações, aproximam dimensões no registro do movimento, do ultrapassar, de passagens (talvez sempre plurais), de transições. Movimento e passagem, umbral e limiar são noções que pertencem às ordens do espaço, mas também do tempo. Podem descrever duração e movimento, tempo que depende do tamanho do espaço que se atravessa ou se pretende atravessar. Simmel, antes de Benjamin, de alguma forma pensou essas diferenças entre limite e limiar e lhes deu espessura em um ensaio sobre Portas e Pontes – o que serve para separar, interditar, interromper e para reunir, permitir a passagem,

ligar – operações sempre produzidas pelos homens que são, diz Simmel, construtores de caminhos.

Os limiares são zonas menos definidas que as fronteiras. Lembram fluxos e contrafluxos, viagens, desejo. A confusão linguística e semântica entre limite e limiar faz esquecer que esse último aponta para um lugar e um tempo intermediários e indeterminados que podem ter extensão indefinida. O limiar é um entre, uma zona cinzenta que funde categorias e mistura oposições. Benjamin adverte: na vida e na cidade moderna, as transições são irreconhecíveis. Somos pobres em experiências liminares. O tempo moderno – e por consequência o nosso tempo – encolheu, ficou mais curto reduzindo-se a um conjunto de momentos iguais sob o véu da novidade – tão iguais como o fluxo de produção de mercadorias seriadas devidamente flexibilizadas ou não. Houve assim, uma diminuição drástica da nossa percepção dos ritmos e dos tempos diferenciados de transição. Tanto do ponto de vista das nossas sensações, quanto do ponto de vista da nossa experiência intelectual, as transições se encurtaram. Não podemos perder tempo. O melhor mesmo seria poder anular as transições e assim passar de uma cidade a outra, de uma imagem à outra, de um programa de TV ao outro, de um interlocutor ao outro, pelo acionar de uma tecla. Abolimos as passagens e os ritos de passagem: ritos de separação, de agregação, ritos de margem – de limiares, isto é, de transformação, ritos que permitem deixar um território estável e adentrar em um outro lugar...

Pode-se lembrar ainda com Benjamin, um Proust descrevendo o acordar e o adormecer – um estar adormecendo e acordando – momentos de indecisão, de indecidibilidade, matrizes de uma outra experiência de tempo e de memória, que embaralham sonho e vigília, realidade e ficção. Seria então necessário recuperar como alvo e objeto de reflexão e como possibilidade de pensar e nomear

os territórios do indeterminado, da suspensão, da hesitação, do tatear, contra as classificações apressadas. Recuperar a possibilidade de pensar devagar, pela prática do desvio, sem os resultados rápidos da linha reta, do dado objetivo, das contagens, das categorias e das taxonomias. Pensar reconhecendo a concretude irreduzível das coisas e dos corpos. Pensar, aponta Benjamin, como pensam as crianças – cujo futuro se desconhece – a partir de um tempo de espera, um tempo que se conforma como lugar privilegiado dos limiares, um tempo do desconhecido diante de um presente de descoberta, um tempo em que nada está definido, em que nada é definitivo.

Limiares seriam assim momentos em que o futuro está aberto. Sua corrosão dá lugar a um achatamento das superfícies, apagando diferenças entre vida e morte, entre público e privado, produzindo um nivelamento universalizado, que ameaçaria transformar a melhor das experiências ou sua possibilidade em uma nova mercadoria lucrativa, como os parques temáticos e a indústria do turismo não cansam de anunciar. Nesse encolhimento de experiências liminares, é como se houvesse portas que não separam, que não levam a lugar nenhum. As portas se escancaram, mas não podemos sair do lugar. De corredor em corredor, de limiar em limiar, de sala de espera em sala de espera, acabamos por esquecer nosso destino, o alvo que em algum momento tínhamos desejado. Esses limiares – lugares de transição – se transformam em lugares de detenção. As grandes questões – as questões sobre as passagens – ficam ali presas ao se transformarem em problemas administrativos, em problemas de gestão em que não há mais escolha, mas acomodação, gestão sobre vivos e mortos, sobre corpos que vagueiam em limiares indefinidos e inchados, quase figurações do humano. Esses limiares correspondem a uma região sem nome, à norma secreta, o *nomos*, da biopolítica.

São espaços dilatados, zonas cinzentas, lugares de indeterminação, objetos de indiferença generalizada. Sair desses espaços de detenção, atravessar a porta talvez seja recuperar a experimentação, ir além do dado, em vez de simplesmente existir no terreno da indiferenciação e da indiferença como se a existência administrada fosse o sucedâneo da vida, a gestão o sucedâneo da política, o condomínio o sucedâneo da cidade, o parque temático o sucedâneo do lugar o turismo o sucedâneo da experiência.

Mais uma palavra sobre limiares e soleiras. Trata-se da ligação, da passagem, dos poros entre dentro e fora – a ideia é a de demonstrar o exercício do pensamento em trânsito como campo de forças, nunca fechado nem substancializado em área específica, pensamento que é um tatear capaz de compreender o que é a posse e perda, o que é dentro e o que é fora, talvez compreender um lugar – visto como pura diferença, o que aliás permitiria aproximar lugar, diferença, experiência.

Pensar a partir da experiência, a partir e com o corpo, talvez possa ser pescar farrapos, recolher estilhaços e resíduos, sem pretender concluir, guardar a possibilidade da passagem. Assim, a produção de um certo conhecimento – para além das grandezas e magnitudes contabilizadas, para além da pura impossibilidade – supõe atravessar limiares, cruzar soleiras, por em suspensão. Em linguagem benjaminiana – aproximar pensamento e desvio. Dessa perspectiva gostaria de trazer para essa reflexão duas noções que me parecem importantes para pensar a nossa condição que Kafka teria enunciado de modo tão peculiar. É Kafka que assinala: “há uma enorme esperança – mas não está ao nosso alcance”. Essa possibilidade e impossibilidade permite que se entreveja e que se aponte a noção de crise do sujeito, ou do sujeito em crise – em especial no que diz respeito às possibilidades e potências dos atores nas cenas

urbanas – e alguns de seus correlatos: a ideia de otimismo cruel e/ou de exclusão participativa.²

Recentemente a reflexão sobre as cidades brasileiras aparentemente revestida de rigor científico – isto é de categorias traduzíveis em magnitudes mensuráveis – parece estar submersa nas tramas de um otimismo cruel. Não é muito simples definir essa onda de otimismo passível de ser caracterizado como cruel, mas ele pode apontar para um alvo, uma aposta, um projeto de melhoria contínua de vida, uma curva ascendente envolta em uma ilusão de chegada que funciona como curto-circuito em relação às suas alternativas. Trata-se da “longa marcha democrática brasileira” – igualdade jurídica, sufrágio universal, políticas distributivas sem fraturas violentas que abreviassem esse percurso em direção a esse novo patamar, fim ou intensa diminuição da miséria, extensão indefinida da suposta “classe C”. Essa melhoria contínua se reveste muito frequentemente de um manto de participação que alguns denominaram exclusão participativa e outros, como eu em outros textos, de gestão das necessidades.

Tal como nas referências a Benjamin, estaríamos em um limiar dilatado – um limiar que se transformou progressivamente, silenciosamente, em zona de detenção. Por um lado, somos condenados a escolher permanentemente entre o pior e o menos pior, ou então, para enunciar de outro modo, estamos cercados e circunscritos a um momento em que em nome da curva ascendente – da suposta democracia formal, da melhora dos padrões de vida, dos programas sociais de todos os tipos, de canais de participação, de conselhos e órgãos bi ou tri partites, devemos abrir mão de uma reflexão crítica, silenciar os pessimistas, fazer avançar um ideário que substitui reivindicações por reconhecimento participativo. Um exame a partir de um olhar mais de dentro e de perto – talvez possa ajudar a decifrar algo

desse enigma sobre a fluidez entre regra e exceção. A primeira dimensão dessa fluidez diz respeito à legalidade do que não é legalizável – Estado de exceção na sua acepção original. A segunda aponta para uma pergunta clássica: quem decide sobre a exceção? Pois bem, se tomarmos alguns índices sobre a gestão da cidade de São Paulo hoje, apenas para citar um exemplo, essa liminaridade entre regra e exceção, legalidade e ilegalidade, formalidade e informalidade ganha densidade e visibilidade.

O primeiro desses índices é a operação bico legal acrescida da operação delegada – o que implica em curiosa terceirização das atividades de fiscalização urbana crescentemente exercidas por policiais militares em seus momentos de... “folga” remunerada em dobro pelo trabalho a serviço da prefeitura. É possível imaginar o que esse amparo do poder de polícia – ainda que de folga – produz em feirinhas da madrugada e pontos de concentração de camelôs. Um comércio popular e nas linhas de indeterminação entre legalidade e ilegalidade vinculado, como sempre é necessário dizer, aos grandes interesses econômicos cujas práticas tampouco se caracterizam por uma imaculada legalidade. Esses interesses hegemônicos se fazem representar fortemente em conselhos e órgãos gestores, em parcelas do parlamento etc. Ou seja, os mesmos interesses estão intrinsecamente vinculados às agências do Estado e da gestão da cidade. Essa combinação entre contravenção e policiamento via bico legal e operação delegada pode se tornar dramática quando se acrescenta a essas esferas outra ainda mais brutal: trata-se da militarização da gestão urbana. Ao que tudo parece indicar, São Paulo conta com 40 militares de alta patente em postos chave da administração Kassab. Considerando o crescimento das subprefeituras ocupadas por policiais militares, já contamos com 30 das 31 subprefeituras chefiadas por coronéis.³

Além disso – a desocupação do Pinheirinho,⁴ a presença e o convênio entre a USP e a polícia militar⁵

e as várias investidas policiais na “Cracolândia” apresentam exemplos flagrantes de truculência, com direito à desocupação de um edifício da administração usado pelos estudantes para moradia estudantil na segunda feira de carnaval às 5 horas da manhã. Mas o que mais interessa é perceber que esse regime de repressão excepcional – esse estado de exceção que indica graus crescentes de militarização de uma gestão urbana que deslegitima conflitos, aponta para uma associação ao mesmo tempo das mais clássicas e, ao mesmo tempo, inteiramente contemporânea. Trata-se por um lado da associação entre limpeza social e gestão da cidade – novas faces de um higienismo que recai sobre moradores de rua, pequenos traficantes e drogados – os noia – tal como são conhecidos entre os moradores de rua. Ao lado dessa dimensão ostensivamente policial, a novíssima face da associação entre polícia e políticas sociais.

Trata-se dos modos de operação, das condicionalidades e do acompanhamento dos “beneficiários do bolsa família”. A questão da gestão e da implementação dos programas sociais como o bolsa família coloca algumas das dimensões mais interessantes que as visitas à campo – Zona leste de São Paulo – revelaram no último ano. Trata-se da forte associação entre esses programas e as formas de governamentalidade, os modos de tornar governáveis as populações por meio de algumas sutilezas, a propósito muito pouco visíveis. Trata-se das práticas dos operadores dos programas sociais que acabam por constituir novos territórios – novos desenhos territoriais que são constituídos nas e pelas condicionalidades dos programas. Vacinas, escolarização, procura de emprego, vida familiar sujeita a um acompanhamento periódico são algumas dessas condicionalidades que são fiscalizadas e acompanhadas de perto por associações de todos os tipos, entre as quais destacam-se algumas que podem ser vistas como resquícios da velha militância católica cuja matriz foi a das comunidades de base

e os movimentos de bairro ou ainda associações de mães e mulheres sem filiação religiosa necessária ou ainda associações beneficentes ou “solidárias” vinculadas às igrejas evangélicas e pentecostais; por todo lado, pobres lidando com pobres, um conjunto nada desprezível de mediações morais que permitem antever formas de policiamento cotidiano, pequeno, invisível em nome da “dignidade e da cidadania”.⁶ Mulheres pobres acompanhando mulheres pobres em sua lida diária, acompanhamento esse revestido de valores moralizadores da pobreza – finalmente pobres porém limpinhos, mesmo porque se as condicionalidades não forem respeitadas adeus programas sociais. Por um lado uma pobreza que se quer moralizada, por outro devidamente investida por iniciativas culturais que trazem a marca dos empreendedorismos, da elisão dos coletivos, do lado B da cultura do dinheiro. Para finalizar essa trama, o combate à pobreza como negócio: ou o negócio do trabalho associado, o negócio das empreiteiras e grandes construtoras produzindo casas dentro do Minha Casa Minha Vida (MCMV), grandes empresas fazendo o trabalho social de urbanização de favelas ou de acompanhamento de instalação de infraestrutura, o negócio do consumo popular e do crédito devidamente securitizado, exceção e financeirização da pobreza se acoplam assim em territórios de controle constituídos pela gestão e pelo governo das precariedades, pelo seu cerco, montando linhas de demarcação, construindo linhas de fronteira entre assistidos, mas sobretudo enredando operadores e públicos alvo no mesmo dispositivo de gestão. Pobres cuidando de pobres, mulheres pobres cuidando das condicionalidades de famílias pobres sob os auspícios morais do lulismo e das teologias da prosperidade conformam novas realidades, novas demarcações, novas “comunidades” de assistidos ou de beneficiários dos programas sociais.

Da perspectiva de um policiamento mais ostensivo, mais espetacularizado, basta recordar que

a intervenção na chamada Cracolândia⁷ escancara uma associação no mínimo escandalosa: trata-se da imbricação entre assistência à população de rua e aos consumidores de Crack com forte intervenção policial na disputa entre governos estadual e federal. Laboratório de formas de vigilância e controle que associa práticas médicas, de assistência e agressões policiais de todos os tipos, talvez possamos recordar Foucault e com ele pensarmos essas dimensões cuja incidência sobre populações parece ser bem mais do que uma fantasia. Também aqui é preciso lembrar, com algumas etnografias⁸ sobre moradores de rua em cidades do estado de São Paulo, devidamente assistidos em centros de referência e em albergues que os funcionários municipais encarregados dessas práticas são como que condenados, punidos com essas nomeações. Mais uma vez esses dispositivos de gestão e de controle, essas formas de administração e governo da vida não são exercidas apenas sobre os públicos beneficiários ou assistidos, mas envolvem os operadores que, nas margens do Estado, dentro e fora de suas práticas, implementam programas, “políticas públicas” e policiamentos.

Uma dimensão parece ser de fato nova nos territórios da periferia: a produção cultural em vários campos de atividade parece finalmente constituir um campo de conflitos em que as significações mesmas da vida precária e dos territórios da pobreza são disputadas. Pois bem, é aí exatamente que mais um terreno movediço parece se instalar um laboratório de práticas em que se naturalizam e\ou ganham ares de virtude os programas de geração de renda, o aumento dos empregos, os empreendedorismos sociais e culturais, os investimentos culturais. Pode-se perguntar a serviço de quem, de que virtude se fala, como se constituíram e como se desenham os campos de força, como pensar pertinência e pertença e seus deslizamentos, do cidadão ao beneficiário, do sujeito de direitos a alvo das políticas de crédito. Pode-se ainda apontar uma crise de nomeação, além

de uma crise de representação e de mediações entre as situações sociais e a constituição e destituição de sujeitos políticos – um campo de indeterminações.

A cidade inscrita nos corpos atravessa objetividades e subjetividades – fazendo de cada uma dessas dimensões – cidade e corpos - um campo de tensões, um lugar de conflito, de forças que constituem e destituem labirintos, suas portas e suas pontes, fronteiras e poros, limites e limiares. 

Notas

¹ Esse texto ,escrito como comunicação, se assenta na leitura de W. Benjamin e seus comentadores. O livro organizado por G. Otte, S. Sedlmayer e E. Cornelsen (2010), *Limiares e passagens em Walter Benjamin*, foi mais do que fonte bibliográfica, alertando para um conjunto de leituras e temas das passagens do autor de infância berlinense. Dois textos em particular foram utilizados amplamente nessa reflexão. São eles *Entre a vida e a morte*, de J. M. Gagnebin e *À porta: noções sobre o limiar em Giorgio Agamben*, editor de Walter Benjamin de S. Sedlmayer.

² Ver Berlant (2006). Devo essa indicação a Sergio Baierle, em especial no texto, *Crise do sujeito, otimismo cruel e exclusão participativa* apresentado no III Encontro ETERN Globalização, Políticas Territoriais, Meio Ambiente e Conflitos Sociais, que aconteceu em Vassouras, em 2012. Ver ainda sobre a noção de alternativas infernais em P. Pignare e Isabelle Stengers (2005, 2007). A indicação da ideia de alternativas infernais se ancora em H. Acselrad. Essas ideias advindas recentemente de Baierle e Acselrad, a quem agradeço, deram continuidade à imagem de uma gestão legítima da necessidade e da precariedade contida no texto *Orçamento Participativo em São Paulo – publicização da cidade?* (OLIVEIRA; RIZEK, 2006)

³ Ver a esse respeito excelente artigo de Hirata (2012). Nesse mesmo artigo, Hirata aponta que o início da fiscalização urbana realizada pela polícia militar teve lugar na gestão de Marta Suplicy, ainda que atinja na gestão atual, sua maior extensão.

⁴ Ver a esse respeito Moncau (2012). Nele se encontra a descrição a seguir: “A maioria dos moradores da ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos, dormia às 6h da manhã do domingo (22), quando as bombas da Polícia Militar levaram gás lacrimogêneo dentro dos barracos. As 1700 famílias, cerca de 6 mil pessoas, mal puderam pegar seus pertences quando a operação militar – com o ostensivo contingente de 2 mil policiais, além dos dois helicópteros

águia – os colocou para fora de casa embaixo de tiro de borracha. Apesar de a tragédia já estar anunciada, os moradores ainda traziam a sensação de vitória comemorada na sexta-feira (20), quando a reintegração de posse teoricamente havia sido anulada temporariamente pela Justiça Federal. O que valeria, todos pensavam, seria o acordo firmado na quarta-feira (18), em reunião entre advogados dos moradores, o senador Eduardo Suplicy, deputados estaduais e federais e representantes da massa falida da empresa Selecta, de Naji Nahas, proprietário do terreno, que suspendia por 15 dias a retomada da área.”

⁵ Ver a esse respeito Estevam e Telles (2012). O artigo afirma que a escalada de intolerância iniciou-se em setembro de 2011, data do convênio entre a secretaria de segurança pública e reitoria Rodas – para aumentar a presença da Polícia Militar (PM) no campus a pretexto de coibir a criminalidade. Um de seus efeitos foi a operação de reintegração de posse do prédio da Reitoria, bem como outras duas reintegrações – do edifício do Diretório Central Acadêmico (DCE) e do Coseas, bem como a prisão de 85 estudantes e a expulsão de 6 alunos, os processos contra dirigentes do SINTUSP e da Associação dos Docentes da USP (ADUSP) e um escândalo de espionagem institucional, que envolve o gabinete do Reitor. Em 8 de novembro de 2011, 400 policiais do Batalhão de choque e cavalaria e Grupo de Ações táticas Especiais (GATE) e Grupo de operações especiais além de um helicóptero águia para a desocupação, diante de uma ação que teria sido uma resposta à detenção de três alunos acusados de fumar maconha. Espetacularização da desocupação – anuência do governador agressão de alunos no CRUSP e dentro da Reitoria, a esses fatos pode-se acrescentar – longe das câmeras – o espancamento de uma aluna pela tropa de choque. Na ocasião houve a detenção de 73 pessoas. Em dezembro de 2011 – teve lugar a eliminação/expulsão de 6 alunos implicados na ocupação do COSEAS ao final de um simulacro de processo disciplinar. No dia 19 de fevereiro – domingo de carnaval – houve a desocupação do COSEAS com a prisão de 12 alunos. Em 2 de março, uma liminar de reintegração de um desses alunos garantia provisoriamente sua volta. Além disso, a reitoria impetrou uma interpelação judicial dos 10 membros da direção executiva da ADUSP por calúnia e difamação Há um número assustador de processos e sindicâncias instauradas pela Reitoria contra funcionários, estudantes e a associação dos docentes - ADUSP. Além disso, documentos divulgados por C. Gianazzi sugerem que a Reitoria montou um aparato ilegal de espionagem contra as entidades e movimentos sociais atuantes na Universidade. O caso foi publicado na revista *FORUM* em janeiro de 2012.

⁶ Ver entre outros textos Georges (2011).

⁷ Ver Frúgoli Jr. (2010).

⁸ Ver como exemplo o texto de Pereira (2012).

BAIERLE, Sérgio. Crise do sujeito, otimismo cruel e exclusão participativa. In: ENCONTRO ETTERN GLOBALIZAÇÃO, POLÍTICAS TERRITORIAIS, MEIO AMBIENTE E CONFLITOS SOCIAIS, 3., 2012. Vassouras. *Anais...* Vassouras: Editora UFRJ, 2012.

BERLANT, Lauren. *Cruel Optimism*. Nova York: Duke University Press, 2006.

ESTEVAM, Pedro da Rocha; TELLES, Flávia. Prisões, expulsões espionagem: eis a USP tolerância zero. *Revista da Adusp*, nº 52, abr. 2012.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. Da Cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *PontoUrbe6*. v. 4, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>>. Acesso em: jul. 2012.

GEORGES, Isabel. Entre participação e controle: os(as) agentes comunitários de saúde da região metropolitana de São Paulo. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 73-85, jan./jun. 2011.

HIRATA, Daniel. A produção das cidades securitárias: polícia e política. *Le Monde diplomatique Brasil*. n. 56, maio 2012.

MONCAU, Gabriel. *Moradores denunciam péssimas condições e vigilância violenta nos abrigos da Prefeitura*. 2012. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/cotidiano/1139-pinheirinho-jornalista-de-caros-amigos-narra-os-abusos-em-s-j-dos-campos>>. Acesso em: jun. 2012.

OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele. (Org.). *A Era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2006.

OTTE, Georg; SEDLMAYER, Sabrina; CORNELSEN, Elcio. *Limiars e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. (Coleção Humanitas)

PEREIRA, Luiz Fernando. *Sobre gestão e vínculo – Memorial de qualificação apresentado ao Programa de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos*. São Carlos, 2012. Mimeo.

PIGNARE, P; STENGERS, Isabelle. *La Sorcellerie capitaliste. Pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005. Édition Poche 2007.